



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III - CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS**

FABIANA RIBEIRO DE SALES THOMAZ DE AQUINO

**ANÁLISE DO PERFIL DE GRACIA NASI EM *A SENHORA DE CATHERINE
CLÉMENT* E *AS FOGUEIRAS DA INQUISIÇÃO* DE ANA CRISTINA SILVA**

**GUARABIRA
2018**

FABIANA RIBEIRO DE SALES THOMAZ DE AQUINO

**ANÁLISE DO PERFIL DE GRACIA NASI, EM A SENHORA DE CATHERINE
CLEMENT E AS FOGUEIRAS DA INQUISIÇÃO DE ANA CRISTINA SILVA**

Trabalho de conclusão de curso apresentada ao curso de Graduação em Licenciatura Plena em Letras-Português da Universidade Estadual da Paraíba – Campus III, como requisito parcial à conclusão do curso.

Orientadora: Professora Doutora Aldinida Medeiros

GUARABIRA
2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A657a Aquino, Fabiana Ribeiro de Sales Thomaz de.
Análise do perfil de Gracia Nasi em A Senhora de Catherine Clément e As fogueiras da Inquisição de Ana Cristina Silva [manuscrito] / Fabiana Ribeiro de Sales Thomaz de Aquino. - 2018.
46 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2018.
"Orientação : Profa. Dra. Aldinida de Medeiros Sousa ,
Coordenação do Curso de Letras Português - CEDUC."
1. Gracia Nasi. 2. Inquisição portugues. 3. As fogueiras da Inquisição. 4. Ana Cristina Silva. 5. Catherine Clément. I. Título
21. ed. CDD 801.95

Elaborada por Milena B. S. de Araujo - CRB - 15/529 BSC

FABIANA RIBEIRO DE SALES THOMAZ DE AQUINO

Trabalho de conclusão de curso apresentada ao curso de Graduação em Licenciatura Plena em Letras-Português da Universidade Estadual da Paraíba – Campus III, como requisito parcial à conclusão do curso.

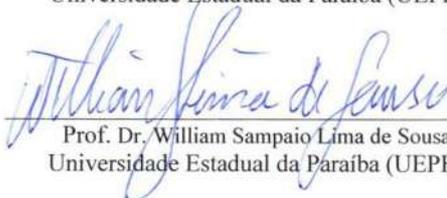
Aprovada em: 30/11/2019.

BANCA EXAMINADORA

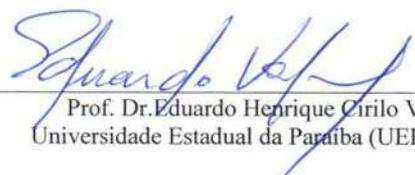


Prof.ª. Dra. Aldinida Medeiros (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

/ P. COORD. DO
TCC



Prof. Dr. William Sampaio Lima de Sousa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Eduardo Henrique Cirilo Valones
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ao meu esposo, Cláudio, pela compreensão, companheirismo e incentivo, por despertar em mim o desejo de ser uma pessoa melhor, me incentivando a lutar por meus objetivos, e, principalmente, pelo amor indescritível, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

De início, gostaria de agradecer primeiramente a DEUS por ter me dado forças para que o meu sonho fosse realizado.

Obrigada a minha família, minha mãe Maria que é meu chão e meu ar, meu pai Antônio, minhas irmãs, Sandra, Vanda, Daniela, Danilo e Fátima por estarem ao meu lado e me apoiarem nesta longa jornada. Sem vocês não valeria a pena.

Agradeço ao meu querido companheiro Claudio Thomaz por estar comigo até quando estou insuportável, por segurar minha mão sempre e me lembrar que eu sou capaz. Seu apoio é mais do que essencial na minha jornada e sem você nem metade desse trabalho teria acontecido.

Obrigada aos meus filhos Caio e Enzo por entender a mamãe nas ausências e sempre acreditar que a mamãe é a melhor aluna da universidade.

Agradeço a minha orientadora, Aldinida Medeiros, não tenho palavras para agradecer por ter aceitado me orientar e me aconselhar nas várias indecisões e complicações monográficas.

Agradeço a Andreia, ela foi imprescindível para que eu chegasse até aqui, obrigada Andreia por todo carinho, atenção e motivação. Contigo aprendi a ser mais forte.

A universidade me surpreendeu com diversos presentes, os quais eu gosto de chamar de amigos. Thalita, Edyanne e Alexsandra que me ajudou em difíceis momentos de escolhas e transições. Igualmente importante foi o apoio recebido por Jackeline, jamais vou esquecer vocês.

E, por fim, a minha universidade que eu amo de paixão, a todos os meus professores que contribuíram para minha formação, o meu MUITO OBRIGADO!

A vontade de ajustar ou de modificar, pelo menos um pouco, a natureza das coisas começa quando contamos uma história.

Ana Cristina Silva

RESUMO

Essa pesquisa é um estudo em que analisamos dois romances: *As fogueiras da Inquisição* (2008), de Ana Cristina Silva, e *A senhora* (2001), de Catherine Clément. Tem como principal objetivo mostrar a luta de uma mulher invulgar: Gracia Nasi ou Beatriz de Luna, que utilizou sua posição social e seu poder aquisitivo para mostrar sua força em defesa do povo judeu. Acreditamos que o estudo destas duas obras se justifica por se tratar de romances que resgatam a história da perseguição aos judeus, e pelo destaque que a ficção romanesca dá à figura histórica de Beatriz de Luna. Trata-se de uma pesquisa teórica, cuja metodologia é a aplicação do referencial teórico escolhido aos romances estudados, o que a configura como pesquisa bibliográfica. As teorias em análise estão baseadas em: Carten L. Wilke (2009), Marcocci e Paiva (2013) e Esther Mucznik (2010).

Palavras-chaves: Gracia Nasi; Inquisição portuguesa; *As fogueiras da Inquisição*; *A Senhora*.

ABSTRACT

This research is a study in which we analyze two novels: *As fogueiras da Inquisição* (2008), by Ana Cristina Silva, e *A senhora* (2001), by Catherine Clément. It has as main objective to show the struggle of an unusual woman: Gracia Nasi or Beatriz de Luna, who used her social position and her financial fortune to show her strength in defense of the Jewish people. We believe that the study of these two works is justified because it is the novels that rescue the history of persecution to the Jews, and the highlight that the fiction Romanesque gives to the historical figure of Beatriz de Luna. It is a theoretical research, whose methodology is the application of the theoretical reference chosen to the studied novels, which sets it up as a bibliographical research. The theories in analysis are based on: Cartel L. Wilke (2009), Marcocci and Paiva (2013) and Esther Mucznik (2010).

Key words: Gracia Nasi; Portuguese Inquisition; The fires of the Inquisition; The Lady

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I - ELEMENTOS E NOTAS TEÓRICO-CRÍTICAS SOBRE O TEMA	11
1.1 HISTÓRIAS DOS JUDEUS: BREVE RETOMADA.....	12
1.2 A INQUISIÇÃO EM PORTUGAL.....	16
1.3 UMA BIOGRAFIA DA JUDIA PORTUGUESA QUE DESAFIOU A INQUISIÇÃO.....	19
CAPÍTULO II - GRACIA NASI NO ROMANCE A SENHORA E AS FOGUEIRAS DA INQUISIÇÃO	25
2.1 A SENHORA, DE CATHERINE CLÉMENT.....	26
2.2 AS FOGUEIRAS DA INQUISIÇÃO, DE ANA CRISTINA SILVA.....	30
CAPÍTULO III - DOIS PERFIS DE UMA MESMA HISTÓRIA	37
3.1 GRACIA NASI E BEATRIZ DE LUNA.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
ANEXOS	45
REFERÊNCIAS	46

INTRODUÇÃO

Este trabalho baseia-se, em um estudo comparativo da personagem Gracia Nasi, também conhecida pelo nome cristão de Beatriz de Luna, retratada em dois romances, a saber: *As fogueiras da Inquisição* (2008), da autora Ana Cristina Silva e *A senhora* (2001), de Catherine Clément. Através desta personagem será possível conhecer o seu contexto histórico, marcado pela perseguição do Santo Ofício. Com isso buscaremos entender as condições socioculturais retratadas nos dois romances e refletidas na história desta mulher, que ganhou seu relevo no panorama histórico pelo nome de A senhora.

O primeiro romance é de autoria da escritora Ana Cristina Conceição da Silva, docente e escritora portuguesa, doutora em psicologia. Publicou dez romances. Atualmente é professora universitária do curso de Psicologia do ISPA - Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida. Após seu doutorado em Psicologia Educacional pela Universidade do Minho, especializou-se na área da aprendizagem da leitura e escrita, desenvolvendo investigação no domínio das aquisições precoces da linguagem escrita, ortografia e produção textual.

As Fogueiras da Inquisição é um romance histórico que narra a trajetória de três gerações de uma família judaica portuguesa. Sara de Leão, é a protagonista e neta desta família. Sara passa grande parte da narrativa presa em um calabouço, acusada de práticas judaizantes e é nesse lugar que ela se refugia nas memórias que resgata de sua avó, nos trazendo tudo de significativo que Ester havia lhe ensinado a respeito do povo judeu. A narrativa é mesclada com teor histórico, quando nos apresenta a personagem Beatriz de Luna, que ficou conhecida em várias cidades da Europa como a Senhora.

Já, Catherine Clément é uma escritora, filósofa, crítica literária e ensaísta francesa. É autora de mais de trinta livros, como: *A viagem de Théo* (1997) e *Por Amor da Índia* (1993) converteu-se, com grande sucesso, à ficção. As suas obras estão hoje traduzida para 24 línguas. *A Senhora*, é um comovente romance histórico que faz parte de sua bibliografia, nele a voz do Duque de Naxos conta a trajetória de sua família e sua paixão pela tia Gracia Nasi, nome judeu, ou Beatriz de Luna, nome cristão, ela que fez de sua vida um verdadeiro combate para ajudar de forma imponente os judeus convertidos à força a praticar Cristianismo. Perseguida pela Inquisição, após o falecimento de seu esposo, Francisco Mendes, Gracia, é obrigada a fazer uma verdadeira rota de fuga para poder se salvar e salvar seus irmãos dos

temidos inquisidores. A obra nos mostra de forma mais aprofundada a evolução de Gracia Nasi, de esposa dedicada à empresária bem sucedida.

Esther Mucznik (2010) vai nos aproximar com mais ênfase à vida de Gracia Nasi, nos contando sua vida de judia, como ela foi obrigada a esconder contra sua vontade sua dupla identidade e como ela soube lidar com a intolerância religiosa e perseguição durante grande parte de sua vida, buscando defender muitas pessoas da temida Inquisição e não medindo esforços e nem seu próprio dinheiro para lutar contra aquilo que naquele momento lhe era imposto. Percebemos, claramente, através da leitura desta biografia que era uma mulher que encarna em si mesma o destino dos cristãos novos, eternamente dilacerados entre dois mundos, duas culturas, e com uma força e um censo de justiça muito grande.

A Inquisição ou Tribunal do Santo Ofício foi um tribunal religioso criado na Idade Média para condenar todos àqueles que eram contra os dogmas (pontos fundamentais e indiscutíveis da crença religiosa), pregados pela Igreja Católica. A Inquisição entrou em Portugal em 1536, quando as viagens dos Descobrimentos afirmavam a nação lusa no mundo, como nos falam os historiadores Marcocci e Paiva (2013). Falando sobre a trajetória dos judeus portugueses, os recortes históricos de Wilke (2009) nos mostram uma visão mais histórica do povo judeu muito antes dos povos lusitanos.

Neste sentido, norteamos nossa pesquisa da seguinte forma: no primeiro capítulo nossas bases teórico-críticas são os estudos históricos de Wilke (2009), por nos trazer aspectos históricos sobre os judeus colaborando com o enriquecimento de nosso trabalho que lida com romances que se ambientam justamente nessa temática e período por ele explanado dado como exemplo o contexto histórico dos romances. Utilizamos os estudos de Marcocci e Paiva (2013) que discorrem sobre quais circunstâncias originou-se a Inquisição portuguesa. Ainda utilizamos a biografia de Gracia Nasi na qual falaremos um pouco de sua vida. Já, no segundo capítulo analisamos os dois romances a fim de mostrar como as personagens analisadas neste trabalho foram elaboradas. Por conseguinte, no terceiro e último capítulo apontamos as semelhanças e diferenças das personagens em estudo entre outros aportes teóricos.

CAPÍTULO I
ELEMENTOS E NOTAS TEÓRICO-CRÍTICAS SOBRE O TEMA

As noções de “fidelidade”, “fé” e “apostasia” aplicam-se àquilo que foi antes um conjunto de movimentos diversos, fazendo alternar, na duração longa, períodos de eclipse e períodos de reconstrução das tradições.

Carsten L. Wilke

1.1 Histórias dos judeus: breve retomada

Considerando que o nosso trabalho em estudo versa sobre uma mesma personagem contida nos romances *As fogueiras da Inquisição* (2008) e *A senhora* (2001) observamos que os contextos retratados nos direcionam a visitar uma parte sombria do reino português. Neste capítulo inicial, vamos nos deter ao historiador Wilke (2009) e aos recortes históricos de Marocci e Paiva (2013) que nos possibilitam conhecer brevemente fatos ocorridos na história judaica portuguesa. Também, utilizamos dados biográficos de Esther Mucznik para conhecermos a personagem em estudo mais profundamente. Dessa maneira, falaremos da instauração da Inquisição, visto que os romances se passam no século XVI e sua fundação se dá nesse mesmo século, mais precisamente em 1536. A atuação desse Tribunal marcou demasiadamente a vida de inúmeras pessoas perseguidas por serem estereotipadas por hereges. Marocci e Paiva (2013) nos informam que:

A Inquisição nasceu no coração do Renascimento português Era um dia do início de outubro de 1536. Em Évora, onde residia a corte, franciscano D. Diogo da Silva, bispo de Ceuta e confessor de D. João III, recebeu a visita de João Monteiro, canonista, desembargador do paço e homem da confiança do rei. Trazia consigo algo longamente desejado: a bula de *Cum ad nil magis*, que fundava a Inquisição, promulgada pelo papa Paulo III, a 23 de maio. Nela nomeava-se D. Diogo da Silva para inquisidor-mor, juntamente com o bispo de Coimbra D. Jorge de Almeida, o de Lamego D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos, e um quarto a ser escolhido pelo monarca. Monteiro perguntou a D. Diogo da Silva se restava obediência ao mandado apostólico. Este tomou a bulla em suas mãos e com todo [o] devido acatamento e reverência, a beijou e pôs sobre a sua cabeça. Depois de a ler perante testemunhas, aceitou o cargo. Assim nascia o Santo Ofício em Portugal. (MARCOCCI; PAIVA, 2013, p. 23)

Recorremos aos historiadores para entender o contexto histórico em que se insere a personagem Beatriz de Luna. A obra de Carsten L. Wilke, *História dos Judeus Portugueses* (2009) vai nos levar inteiramente para o lado da História dos portugueses, uns dos primeiros relatos de Wilke (2009) é o caminho que os judeus percorriam mesmo antes da formação do reinado lusitano. As dúvidas que nos é imposta pelo ensaísta sobre as duvidosas origens e permanência dos judeus em terras lusitanas é de certa forma confirmada pelos relatos existentes e provas que nos leva a acreditar na veracidade dos fatos. Revela-nos a lenda do tecelão de Baruch, que seria o primeiro judeu lusitano e que foi de certa maneira certificada por arqueólogos, que nos alertou para uma necrópole que seria um cemitério antigo na cidade de Mérida antiga cidade da Espanha vizinha de Portugal, e foi nessas sepulturas encontradas

que se encontram os principais vestígios de que os judeus habitaram neste território e atribuiu à fundação da comunidade judaica local a este judeu que teria sido deportado pelos romanos depois da destruição de Jerusalém.

No século IV, atesta-se a primeira postura antijudaíca que logo foram impedidas “durante a primeira década do século IV, os bispos ibéricos, reunidos em concílio em Elvira, perto de Granada tentaram impedir práticas que pareciam testemunhar uma boa vizinhança entre os judeus e cristãos” (WILKE, 2009, P.14). No entanto, esse concílio alegou a grave denúncia de que alguns judeus viviam relações extraconjugais com cristãos. Essa interdição nos mostra que os judeus não ficaram sós com a mistura étnica romana e sim foram mesclando entre povos diferentes, pois antes das distinções entre cristãos-novos e velhos eles só se casavam com pessoas da mesma religião.

Nos séculos seguintes realizou-se a primeira investida “para se forçar os judeus peninsulares a optar entre o baptismo e a emigração” (WILKE, 2009, P.15). Em compensação, a população judaica foi aumentando paulatinamente em várias partes do reino:

Encontramos menção a uma presença judaica aquando da reconquista cristã das cidades de Coimbra (878), Santarém (1147), Évora (1165) e Beja (1179). A mais antiga dessas comunidades judaicas parece ser a de Santarém. Notemos que estas cidades luso-islâmicas habitadas por judeus são de fundação romana e estão todas situadas no interior do país, na proximidade da fronteira com a Cristandade. (WILKE, 2009, p. 17)

Assim, a população do judaísmo sofreu grande impacto devido à imigração sofrida pelas perseguições pelos outros reinos como o da Espanha. Diante das perseguições muitos judeus foram mortos, poupando aqueles que aceitavam o baptismo. No entanto, o rei D. Manuel reintensificou as ameaças contra este povo que tinha conseguido manter-se calados diante daquele cenário de perseguições, o objetivo era causar desespero. Quanto mais sofriam com a opressão na Espanha mais eles imigravam para Portugal, como por exemplo, um espanhol chamado: Salomão Alami, ele escreveu na sua Epístola de Moral: “O senhor decidiu na sua sabedoria que nenhum fugitivo da sua presença divina. Aqui, neste reino que nos abriga por clemência, não nos perseguiram em época nenhuma [...]” (WILKE, 2009, p.21). A questão da imigração também como é exemplificada neste fragmento abaixo:

Graças a essa forte imigração, o número de comunidades judaicas em Portugal quase triplicou no século XV, para atingir um total de 139, número importante, mesmo comparado com as 216 *aljamas* do reino de Castela. A maior parte das comunidades estavam instaladas ao longo da fronteira oriental. (WILKE, 2009, p.21).

Logo, a coroa percebeu que poderia tirar proveito de toda essa imigração judaica, pois esse povo poderiam trazer benefícios científico, administrativos e principalmente financeiros. Todavia, esse cenário que a coroa portuguesa defendia não foi suficiente para que evitasse, mais tarde, a instauração do Santo Ofício. O tribunal inquisitorial obteve grande influência espanhola, pois o rei D. Manuel não alegou a expulsão dos judeus a não ser quando estava em negociações para seu casamento com a infanta Isabel de Aragão e Castela (WILKE, 2009). Essa união foi decisiva para a implantação do antijudaísmo, pois a infanta se recusava a por os pés em um país que existissem povos judeus:

O rei parece ter estado perfeitamente consciente do prejuízo que a partida dos judeus causaria ao tesouro real: não apenas perderia uma importante fonte de rendimentos, via imposto, mas teria ainda de indemnizar os senhores que até ai recebiam tributos pagos pelos judeus. (WILKE, 2009, p.63)

O rei foi lembrado, por membros do conselho real, que com a expulsão dos judeus, teriam bastantes prejuízos, que além de causar danos à coroa real, com a partida dos judeus, os reinos mulçumanos seriam beneficiados, porque esse povo tinha um espírito empreendedor, científico e artesanal. Em contrapartida, quando faltava pouco tempo para ordenar o decreto, o rei promulgou que todos os judeus fossem forçados ao baptismo, D. Manoel imaginava que em menos de seis meses teria um reino cristão.

Diante desse cenário, no qual os judeus já estavam sofrendo opressão por meio da coroa portuguesa, foi imposto que se submetessem ao baptismo, mas esperavam o momento certo para poder fugir do país. Mesmo sendo já proibidos, procuraram de todas as maneiras escaparem seja por portos através de embarcações clandestinas ou quando tentavam atravessar a cidade de Andaluzia e, como consequência, muitos judeus foram presos e condenados à fogueira e tiveram seus bens confiscados em Portugal.

Os cristãos novos, ou seja, os judeus batizados à força continuaram a ser perseguidos, pois, D. Manoel afirma isso quando sua política é marcada por “religiocídio ou etnicídio” (WILKE, 2009, p. 71), objetivando exterminar a identidade social e cultural dos judeus. Contudo, não foi no reinado de D. Manoel que a Inquisição foi instaurada e sim no de D. João III que ele ordenou sua implementação. E em 1531 por pressão da Corte e pessoas ligadas a sua esposa D. Catarina da Áustria requereu a primeira bula ao papa VII, mas, “graças à venalidade dos membros da cúria romana, os cristãos-novos conseguiram num primeiro tempo atrasar a criação do tribunal” (WILKE, 2009, P. 80).

Apesar do grande empenho da comunidade judaica, por volta de 1536 a Inquisição foi instaurada em Portugal. Em meados de 1539, o rei designou seu irmão D. Henrique, para o cargo de inquisidor-geral. Esta notícia não foi bem recebida em Roma, de acordo com Paiva e Marcocci (2013, p. 35). D. Henrique foi o verdadeiro mentor da Inquisição portuguesa. Mesmo com objeção papal D. Henrique tomou posse do cargo em 3 de Julho de 1539. Por volta de 1544, o papa Paulo III interrompeu, porque os acusados declaravam abuso de poder por parte do inquisidor, essa atitude não adiantou, pois o tribunal da fé voltou a funcionar, agora mais forte do que antes e com supremacia para confiscação de bens:

Afirmou-se, por vezes que o confisco sistemático dos bens constituiu uma forma de redistribuição das riquezas em benefício das elites tradicionais, à Inquisição portuguesa um notável poder econômico permitindo-lhe criar uma rede de comissários e 'familiares' entre as elites cristãs-velhas e obterem aliança os favores do povo graças à celebração de autos-da-fé espetaculares. (WILKE, 2009, p.86)

É notório no fragmento acima que o principal alvo dos inquisidores era os cristãos-novos, pois imaginavam que mesmo convertidos eles praticavam sua fé clandestinamente. Nesse contexto, os cristãos-novos eram acusados de terem feito uma conversão fingida. Por outro lado, percebe-se que essas perseguições seguiam um objetivo mais direto, como as questões econômicas visto que, o rei e a Igreja Católica sabiam do imenso poder econômico do povo judeu. Nessa situação podemos ver que tanto a Igreja quanto a Coroa sabiam que o povo judeu era economicamente e intelectualmente importante para seus objetivos financeiros e que toda essa perseguição era única e exclusivamente por questões econômicas.

No momento que procuramos saber o significado de Inquisição encontramos como resposta: “Ato de inquerir” e é isso que buscamos para se entender o que foi a temida Inquisição e o porquê dessa perseguição contra os judeus, em razão de que a Inquisição não foi criada para perseguirem só os judeus e sim quem ousasse contrariar a fé católica como: judeus, bruxas, gays etc. Todo modo de vida diferenciado era visto como heresia ou blasfêmia. Ou seja, os inquisidores estavam por toda parte vigiando quem fosse contra a religião católica. E com isso a Inquisição buscava caminhos mais ambiciosos. “O santo ofício visava mais amplos horizontes para além das punições dos cristãos-novos” (MARCOCCHI; PAIVA, 2013, p. 77)

1.2 A Inquisição em Portugal

Por longos anos, a Inquisição foi um dos tribunais mais temidos em Portugal, durando entre 1536 a 1821 (MARCOCCI; PAIVA, 2013). Para assegurar uma fé cristã, pura e sem nenhuma desconfiança. Muitos judeus foram perseguidos e até queimados na fogueira por menor que fossem as práticas de judaísmo identificadas. Deste modo, relataremos aqui a história da Inquisição em Portugal, um dos episódios mais tristes da história desse país.

De acordo com Marcocci e Paiva (2013), a Inquisição que ora foi instaurada em Portugal era um tribunal novo, sem muita autonomia e com limitações. Os inquisidores estavam por toda parte assegurando a prisão de centenas de pessoas que praticassem qualquer tipo de heresia. Em meados do século XV, um pouco antes da Inquisição ser iniciada, na Espanha já funcionava um Tribunal Eclesiástico semelhante ao que era ordenado pelo papa. Os reis da Espanha tinham o poder de escolher entre os membros do clero pessoas que pudessem agir como inquisidores para investigar as supostas heresias, esses inquisidores saíam investigando lugares onde existisse qualquer indício de tais atos. Em um primeiro momento, a meta era que a Inquisição em Portugal se assemelhasse a da Espanha, porém, no começo se estabeleceu de modo limitado:

O Santo Ofício começou a funcionar em Évora. A 22 de novembro de 1536, na pousada de D. Diogo da Silva, ouvia-se testemunhas contra a cortesã cristã-nova Madalena de Oliveira. Em janeiro do ano seguinte desencadearam-se também os primeiros processos. O início da atividade do Tribunal era o resultado de um imenso esforço da Coroa e de setores eclesiásticos, tratavam-se da conclusão não necessária de um processo aberto quatro décadas antes, como ponto de chegada de um século de perseguições dos judeus, depois cristãos-novos, em toda a Península Ibérica. (MARCOCCI; PAIVA, 2013. p. 25)

A citação acima explica quando foi criada a Inquisição, cabe esclarecer o que foi este Tribunal do Santo Ofício. Esse tribunal religioso foi elaborado pela Igreja Católica na Era Medieval com intuito de proibir qualquer procedimento que não consistisse em uma fé unicamente católica. Tinha como principal objetivo banir todo tipo de heresias para que atitudes cristãs fossem principalmente preservadas:

De qualquer modo, a aceitação do catolicismo impôs-se como via principal para a inclusão na sociedade imperial, debaixo da pressão de um proselitismo cada vez mais agressivo, destinado à extirpação dos outros cultos em regiões como Goa, Bardez e Salsete, segundo formas parcialmente inspiradas na anulação de qualquer sinal exterior da presença das antigas minorias religiosas conforme sucedeu no reino entre os finais do século XV e início do século XVI. (MARCOCCI; PAIVA, 2013, p.111)

Um dos primeiros historiadores a estudar a Inquisição, Alexandre Herculano, nos relata também como surgiu esse Tribunal do Santo Ofício “surgiu no seio do catolicismo XIII, e que veio com o nome Tribunal do Santo-Ofício a cobrir de terror, de sangue e de luto todos os países da Europa meridional [...]” (HERCULANO, 2009, p. 23)

Em conformidade ao que dizem os historiadores, Marcocci e Paiva (2013) o ano que compreende entre 1536 e 1605, mostram os cuidados que a Inquisição intensificou sobre os chamados hereges, como por exemplo: curandeiros, bruxas, também sobre aqueles que possuíam sexualidade que a Igreja Católica considerasse duvidosa. Outra forma de repreensão também foi realizada por meio da censura, os impressos e manuscritos passaram a ser fiscalizados por membros da Igreja.

Mas percebe-se que o alvo mais certo da Inquisição portuguesa eram os cristãos-novos, conforme Marcocci e Paiva (2013) sistematizam no capítulo “Obsessão antijudaica e repressão dos cristãos-novos”. O simples fato de ser judeu ou ser descendente destes, já era um crime de heresia, pois nada e nem ninguém poderia ser contra aos ensinamentos católicos. Esses pensamentos intolerantes da Igreja Católica foram proliferados por toda população portuguesa e tinham a intenção de perpetuar a cultura católica e a alienação de que aquela religião era a certa (MARCOCCI; PAIVA, 2013). A Igreja sabia que se não houvesse conhecimento total da doutrina cristã não haveria objeções contra seus objetivos e para isso até os acessos ao livro sagrado eram barrados a fim de mascarar o pensamento dos judeus. A catequese era feita por pregadores e exigiam cuidados por parte dos inquisidores, assim eles eram vigiados para que não falassem mais do que deviam:

A vigilância reforçava-se também no campo da censura. Não surpreende, pois Mascarenhas já colaborara com a Inquisição neste domínio. Em 1620, foi expedido aviso para que os possuidores de manuscritos e impressos elaborassem róis e os enviassem para a Inquisição, que recebeu centenas com preciosas informações sobre o que circulava. Em 1624, saiu volumoso Índice de livros proibidos (1047 páginas). Preparado pelo jesuíta Baltasar Álvares, foi o mais restrito em matéria de leituras, de tal modo que até autores que no século XVI tinham servido a Inquisição viram obras expurgadas, como sucedeu com os dominicanos Francisco Foreiro e Jerónimo de Azambuja, faceta a que não foi alheio o fato de o compilador da obra ser jesuíta. (MARCOCCI; PAIVA, 2013, p. 150)

Essa repressão literária não foi muito frequente bem antes dos anos 1540, mas por vontade dos Papas. Por volta de 1539 foi lançado um livro com doutrinas cristãs de autoria de Luís Rodrigues, mas com averiguação inquisitorial. No mesmo ano, também foi lançado um gramática da língua portuguesa de João de Barros todos revisados pela Inquisição.

Alexandre Herculano (2009) nos relata as razões econômicas que moviam as perseguições, e diz que um dos principais motivos dessas perseguições eram o alto poder monetário e empreendedor que esse povo tinha e inveja pelos postos que muitos judeus ocupavam por muitos serem descendentes do povo hebraico.

No que se refere às brutalidades e estupidez que eram declaradas contra os cristãos-novos em Portugal, a prisão de quem supostamente praticava heresias era terrível não só para quem era preso, mas para todos que tinham ligação com o preso, toda a família do condenado ficava desprotegida com o acontecimento. Conforme nos diz Marcocci e Paiva (2013), grande parte dos acusados tinham seus bens confiscados antes de qualquer julgamento, deixando sua família sem casa e sem recursos.

O procedimento de prisão era segmentado em duas partes, primeiro os inquisidores faziam uma espécie de leitura para o preso deixando-o a par de todos os crimes que ele era acusado e era provocado a falar, e a segunda parte seria a parte do julgamento, nesta fase o réu teria a opção de se defender e até colocar culpa em terceiros. O motivo predominante para o Tribunal eram as delações, sem elas as prisões não poderiam acontecer e muitas vezes obtinham os nomes por meio de torturas e tormentos.

Marcocci e Paiva (2013) nos mostram ter sido o período dos anos 1620 a 1674 a época mais exorbitante do tribunal inquisitorial, relatando sobre as pessoas que buscavam entender esse tribunal como o padre Antônio Vieira, seus sermões foram duramente fiscalizados e revisados antes de serem clamados para a população. Aqueles que estavam do lado dos réus e que não aceitavam o que era imposto pelo Santo Ofício também eram alvos de perseguição.

Nesse seguimento, é possível afirmar com bases nas leituras aqui demonstradas que os principais perseguidos pelo o poder inquisitorial foram os judeus que praticavam sua fé clandestinamente e que foram denominados de cristãos-novos por ser um grupo novo que estava entrando naquela doutrina, pois isso seria uma forma de diferenciá-los dos cristãos que já nasciam cristãos e eram descendentes de cristãos, assim eram chamados de cristãos-velhos e os judeus eram chamados de cristãos-novos. A distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos se deu quando o Marquês de Pombal em 1773 acabou com as diferenças entre eles, essa atitude abrangeu mais a Inquisição portuguesa levando a perseguição inquisitorial a colônias pertencentes a Portugal como a do Brasil por volta de 1540 a 1560.

1.3 Uma biografia da judia portuguesa que desafiou a Inquisição

Com base nos acontecimentos históricos mencionados, notamos que os judeus foram, por muito tempo, perseguidos por pessoas que tinham em suas mãos poderes políticos, econômicos e eclesiásticos, principalmente no reino português. Por isso, a partir de agora passaremos a conhecer a história de uma judia forte e que esteve à frente do seu tempo para salvar muitos judeus.

Para conhecer a história de Gracia Nasi, procuramos, a partir daqui, trazer as contribuições da biografia escrita por Esther Mucznik (2010), que nos traz importantes fatos da vida desta judia destacável no cenário europeu. Ela começa dizendo que, não só Gracia Nasi ocupou um lugar de destaque na história, mas outras mulheres judias como: Lucrecia Bórgia, Maria da Escócia também se destacaram na significativa história judaica europeia. (MUCZNIK, 2010)

Gracia Nasi foi uma mulher judia que teve sua vida condicionada pelos sofrimentos causados por perseguições por parte do sistema político e religioso da época, que tornaram a ficar mais intensos após o estabelecimento da Inquisição. Diante de uma fortuna a qual foi-lhe atribuída, automaticamente se viu dona da sua própria história e por isso a única que poderia mudar seu destino. É uma cristã-nova que foi obrigada a viver sua vida religiosa às escondidas e assim conviver com dupla identidade e escolheu viver uma vida de perigos para se manter leal a sua religião tomando para si uma luta de vários irmãos judeus:

Direi apenas que a diversidade dos nomes é a expressão da realidade das conversões forçadas. Os marranos tinham normalmente dois nomes, correspondendo na realidade a uma dupla identidade: a cristã com o nome do batismo e a judaica com o respectivo nome que assumiam apenas, em família, no segredo dos seus lares. (MUCZNIK, 2010, p. 22)

Como já foi mencionado, os marranos foram os judeus forçados a abandonar a religião judaica e a praticar a religião cristã e assim deixando de usar seus nomes de batismo para usar um nome cristão. Gracia Nasi, portanto, passou a ser chamada pelo nome cristão de Beatriz de Luna. Era comum usarem os nomes de cristandade quando estavam em público, mas quando estava em suas casas faziam questão de usarem seus verdadeiros nomes judaicos. No romance de Catherine Clément é retratada com clareza essa questão:

Nós, os marranos vindos da Península Ibérica, nunca tivemos o direito de usar os nossos nomes judeus. Tínhamos de escolher entre partir ou mudar de identidade. Quantos nomes usamos nós, quantas vezes os mudamos... Perpétuo mascarados, eis o que somos. Em Portugal, era João Miguez, na Inglaterra, em Veneza, em Ferrara, John Miguez, Juan Miguez ou, ainda, Juan Micas, como queiram; aqui, Yusuf Nasi... E ela, como lhe chamarão os vindouros? Gracia, Hannah ou Beatriz? (CLÉMENT, 2001, p. 15)

Gracia Nasi nasceu em Lisboa em 1510, no meio de uma comunidade de marranos-judeus convertidos à força ao Catolicismo. Ela foi uma figura histórica tão importante a ponto de despertar para si o ódio e favores das principais autoridades da Europa daquela época usando sua influência para formar canais clandestinos para tentar salvar seu povo da temida Inquisição. Esta foi, sem dúvidas, uma mulher que desafiou seu próprio destino.

Seus pais eram os conversos Álvaro e Filipa Luna, cujo patronímico cristão terá origem no apelido: os barões de Luna, senhores de Illueca a norte de Calatayude. (MUCZNIK, 2010, p. 25). Filipa tinha como mãe uma Benveniste, irmã do seu futuro esposo Francisco Mendes Benveniste. É verdade que, quando Gracia nasceu, Portugal já não era o mesmo, os reis católicos já haviam decretado a expulsão dos judeus e Portugal os acolheu com o tratado de ficar apenas oito meses em suas terras, foi um ano de muito pesar para aquelas famílias de judeus, especificamente quando chegava ao final daquele contrato, Mucznik explica como foi essa situação:

Mas para a maioria dos judeus Castelhanos sem meios, Portugal foi apenas mais uma etapa de sofrimento: muitos dos que puderam embarcar ao fim de oito meses eram despojados dos seus bens e atirados à água e suas milhares violadas; outros foram desembarcados, sem nada, no primeiro porto africano. Os que não conseguiram embarcar foram feitos escravos. A estes, como castigo, foram retiradas à força ‘duas mil crianças, de dois a dez anos’ (MUCZNIK, 2010, p. 26)

Segundo Esther Mucznik nos relata a morte de D. João II e a ascensão de D. Manuel I em meados de 1495, teve uma pequena melhora para os judeus em Portugal, mas essa tranquilidade não durou muito, pois D. Manuel com interesse de casar-se com a infanta Isabel de Aragão filha mais velha dos reis da Espanha, lhe impôs que só se casaria se ele ordenasse a expulsão dos judeus: “Pode-se concluir que o rei D. Manuel não ponderou a expulsão dos judeus, senão a partir das negociações preparatória do seu casamento” (WILKE, 2009, p. 62).

Um dos acontecimentos mais triste do reinado de D. Manuel foi o massacre que ocorreu na cidade de Lisboa, por volta de 1506. Um grupo de cristãos-novos foi provocado nas ruas e isso fez com que tivessem uma discussão fazendo com que 40 jovens fossem presos e condenados, mesmo com o pedido da rainha de revogação da prisão, foi apenas um sinal de que uma grande tragédia estaria por vir: “Tudo começou com uma denúncia às autoridades da celebração de uma ceia pascal judaica com presença de ‘marranos sentados à mesa posta com pão ázimo e ervas amargas’” (MUCZNIK, 2010, p. 39). Foram presos vários judeus, mas pouco tempo depois foram soltos pela intervenção da coroa e isso atraiu a ira do povo que queria a condenação dos cristãos-novos. Deste episódio decorreram vários tumultos e os cristãos-novos, foram as principais vítimas, pois os cristãos-velhos incitados pelo ódio e pela sede de justiça saíam matando e levando para o largo fronteiroço para serem queimados todos os cristãos-novos que encontravam pela frente.

Voltando à vida de Gracia, Esther nos relata que não tem muitos relatos da infância de Gracia, porém, dá para imaginarmos que seria uma menina forte muito inteligente e que desde cedo soube distinguir a situação em que se encontrava:

O ambiente familiar de Grácia/Beatriz terá sido, sem dúvida, um exemplo de uma família marrana – cristã por fora, judia de alma. Respeitavam o shabat, na medida do possível, abstinham-se dos alimentos proibidos, provavelmente comiam pão ázimo na Páscoa e jejuavam no Yom Kipur, o Dia do Perdão. Ao mesmo tempo, iam à igreja, baptizavam os filhos, casavam pela religião cristã, enterravam os seus mortos em cemitérios cristãos, tinham cruzes e até imagens religiosas nas suas paredes. Mas ao entrar na igreja talvez marcassem a sua reserva mental repetindo baixinho, como tantos outros marranos, ‘não adoro nem pau nem pedra, mas sim Deus que tudo governa’. (MUSCZNIK, 2010, p.42)

Acredita-se que esse amor e essa obediência que Gracia tinha sobre sua religião, foram herdados da sua família, pois eram judeus fervorosos, praticavam sua fé às escondidas, principalmente, em datas religiosas, mas tomando cuidado para não serem vistos como suspeitos na sociedade cristã que agora estavam incluídos à contra gosto.

Gracia logo ficou órfã de seu pai e aos dezoito anos por volta de 1528 casou-se com Francisco Mendes. Sempre que possível, os judeus conservavam a tradição de casar-se entre si, para que a religião judaica continuasse a se perpetuar. Mas oficializavam primeiro segundo os ritos do Catolicismo, no entanto, a cerimônia verdadeiramente válida acontecia depois, pois em sigilo, de acordo com os rituais da Lei Mosaica, celebravam a união com tudo o que a crença judaica exigia.

Francisco Mendes era um importante comerciante da época, e era esperado que seu casamento com Gracia fosse um importante acontecimento da época com presenças de grandes autoridades e um belo baile. Isto foi, sem dúvida, uma das maiores experiências de se saber ocultar em público a prática do não judaísmo. Para a jovem Gracia terá sido um teste difícil, o primeiro teste a sua capacidade de dissimulação pública que será obrigada a praticar durante a maior parte da sua vida (MUCZNIK, 2010). Francisco Mendes e seu irmão Diogo Mendes assumiram papéis muito importantes na sociedade econômica da Europa, tiveram aumentos significativos nas suas vendas e logo se tornaram os principais exportadores de especiarias, os Mendes reputaram as vendas de especiarias e suas negociações expandiram por várias cidades europeias tais como: Itália, França, Alemanha e Inglaterra, onde tinham pessoas que trabalhavam para eles.

Antes mesmo de Gracia Nasi assumir seu papel de lutas a favor do seu povo judeu, Francisco Mendes também financiava missões secretas ajudando os judeus a chegarem às comunidades judaicas do mediterrâneo (MUSCZNIK, 2010). Este seria o lugar onde todos os judeus poderiam viver sua religião sem medo sem perseguição inquisitorial.

Após a precoce viuvez, Gracia toma a decisão de sair de Portugal, indo em direção à Antuérpia, viúva e ainda mais rica e com sua filha Ana, apesar dos acontecimentos recentes ela decide colocar em prática as rotas de fugas e a lutar a favor de seu povo. Como mandavam as leis judaicas, Gracia se não tivesse tido uma filha com Francisco, seu irmão Diogo Mendes poderia casar-se com sua cunhada a fim de perpetuar o nome do seu irmão, pois não haveria descendência. A partir desse momento, ela se limita como mulher a deixar de lado seu lado qualquer indício que poderia vir a casar-se novamente e passa a focar na missão que tinha lhe atribuído, a de defender sua fortuna e também a continuidade da rede de apoio a seus irmãos judeus se auto-anulando como mulher.

Gracia suportou traições como a da sua irmã Brianda denunciando-a ao tribunal, acusando-a de cometer atos judaizantes e também toda sua rede de escape, por não concordar com o testamento do marido Diogo Mendes que deixava Gracia como administradora de seus bens, pois sabiam do caráter duvidoso de sua esposa. Mas ela não cedeu às intenções de Brianda, enfrentando a prisão e a humilhação pública:

[...] face à recusa peremptória desta em aceder às suas exigências, Brianda tomou a pior das decisões: denunciou aos tribunais a própria irmã, Beatriz, como judaizante, assim como o seu plano de partir com toda a fortuna para Istambul, onde assumiria abertamente a sua condição de judia. (MUCZNIK, 2010, p.83)

Como a biógrafa nos relata no fragmento acima, Brianda tomou a pior das decisões denunciando sua própria irmã. O efeito que causou com essa traição sem dúvidas Brianda não esperaria, os governantes principalmente de Veneza temiam que, com a prisão de Gracia eles poderiam perder uma das maiores fortunas da época e no ato desesperador para essas duas mães como a história mais uma vez nos relatam, foram arrancados de seus braços suas filhas e o confisco dos bens de ambas. Este ato do governador de Veneza nos mostra mais uma vez o que realmente estavam em questão, o dinheiro dos judeus.

Esta luta judicial durou anos, Gracia foi obrigada a depositar grande parte na casa da moeda de Veneza em nome da sobrinha Chica. Em contrapartida, ela ludibriou as autoridades europeias e conseguiu enviar parte de sua fortuna para o Império Otomano, lugar que já estava decidida a viver desde quando esteve em Istambul e utilizou de muitas amizades influentes para que pudessem ajudá-la.

Como se não fosse suficiente, a exorbitante fortuna que Francisco havia delegado em seu testamento à viúva, D. Beatriz de Luna e a sua única filha eram alvo de uma cobiça cada vez maior por governadores e pelo poder eclesiástico. Logo após a morte de Francisco Mendes, D. João III empenhou-se mais rápido possível a procurar uma maneira de como deixar toda aquela fortuna em terras portuguesas. Sabendo que a filha de Francisco Mendes e D. Beatriz de Luna era herdeira de uma grande parte da fortuna, o plano pensado pelo rei foi de casar sua filha com alguém da coroa. D. Beatriz se negou quanto pode e ofereceu resistência aos planos feitos pelo rei português. Beatriz não teve escolha e não pensou muito quando foi embora para sempre daquele país, por volta de 1537 os planos do monarca não foram concretizados.

Entretanto, esta rota de fuga a qual foi criada por Francisco e perpetuada por Gracia foi uma forma de unir cada vez mais forte os membros que faziam parte desta comunidade

que foram perseguidas por longos anos, mas que não deixa de se manter viva as lembranças e recordações da terra que tanto amavam:

As comunidades judaicas tinham muitas vezes o nome da sua terra de origem [...] reagrupando-se em função da sua proveniência de forma a assegurar a preservação dos ritos, tradições, línguas ou dialectos. Todos esses elementos faziam parte da identidade dos recém-chegados e mantê-los era também uma forma de estabelecer alguma continuidade numa vida tantas vezes estilhaçada. (MUCZNIK, 2010, p. 113)

Mesmo longe de terras portuguesas, o amor que esse povo tinha por sua religião judaica não os impedia de praticar suas tradições e isto fazia parte de todos os judeus que chegavam a Istambul e Salônica onde havia muitas congregações que tinham como objetivo a manutenção daquela cultura judaíta.

Portanto, em conformidade com a trajetória de Gracia Nasi descrita por Mucznik, é notório que sua vida estava voltada para o salvamento dos cristãos-novos da temida Inquisição, não cedendo em momento algum, mostrando-se forte mesmo em questões de ordem política. Enfrentou várias diásporas, viagens que traziam desafios e novas culturas, principalmente, no que diz respeito às terras otomanas. Só depois de tantas reviravoltas, estando definitivamente em Istambul, foi que pôde viver como sempre sonhou, como uma verdadeira judia, tornando-se venerada por muitos judeus, por suas generosidades para com seu povo. Sua fé era incontestável e seu fervor por sua religião talvez seja alguns dos motivos que a levou a lutar por seus compatriotas.

No capítulo a seguir, analisaremos os dois romances em que a personagem em estudo encontra-se representada. Buscamos retratar alguns pontos que julgamos importantes para a elaboração da personagem Gracia Nasi.

CAPÍTULO II
GRACIA NASI NO ROMANCE A SENHORA E AS FOGUEIRAS DA INQUISIÇÃO

[...] o Esplendor do exílio e a Flor luminosa dos marranos, a Estrela da manhã, aquela que, qual Ester ou Judite, foi um homem pela coragem e a mãe de todos os judeus que quiseram seguir a via do Senhor.

Catherine Clément

2.1 A *Senhora*, de Catherine Clément

O romance histórico é definido como um gênero literário no qual o enredo ficcional se entrecruza com acontecimentos históricos. É nesse sentido que é fundamentado, mas o que poderíamos afirmar sobre esse gênero do romance? Podemos defini-lo como uma narrativa permeada entre episódios históricos e fictícios, ou seja, o autor da obra posiciona as ações do tempo percorrido em um tempo passado, buscando restabelecer acontecimentos de uma determinada época. A obra de Catherine Clément (2001) harmoniza nos mínimos detalhes a reconstituição de ambientes e costumes da Idade Moderna com o enredo para compor ou aumentar tramas de histórias passadas.

Segundo, Gyorgy Lukács (2011) o romance histórico surgiu na estética literária do Romantismo europeu por volta do século XIX. Lukács, afirma que o pioneiro nesse estilo de romance foi Walter Scott escritor escocês que publicou o romance *Waverley* (1814), não que não houvesse romances com assuntos históricos, mas faltavam nesses romances elementos que exemplificassem fatos que tenham ocorridos historicamente na sua época, como se pode notar:

No romance histórico [...] trata-se de figurar de modo vivo as motivações sociais e humanas a partir das quais os homens pensaram, sentiram e agiram de maneira precisa, retratando como isso ocorreu na realidade histórica. E é uma lei da figuração ficcional [...] que, para evidenciar as motivações sociais e humanas da ação, os acontecimentos mais corriqueiros e superficiais, as mais miúdas relações [...] são mais apropriadas que os grandes dramas monumentais da história mundial (LUKÁCS, 2011, p. 60).

De acordo com Lukács¹, Scott focalizou mais em seus romances personagens com teor mais heroico não deixando de lado episódios ocorridos historicamente muito importantes, mas fatos que fosse atribuído a temáticas mais sociais, fato que chamou a atenção de Lukács: “Depois de ter visto como as diferentes camadas da população se comportam em relação a essa crise, somente então o grande herói histórico entra em cena [...] para cumprir sua missão histórica” (LUKÁCS, 2011, p. 55). Este tipo de narrativa tende a conter dados reais, mas que são postos e refletidos por intermédio da ficção.

¹ Além de Georgy Lukács, outros estudiosos debruçaram-se sobre o romance histórico e elaboraram diversas contribuições sobre este subgênero romanesco como chamam alguns, e gênero como lhes chamam outros. Nomes como Elizabeth Wesseling, Noé Jitrik, Frederic Jameson, Rogério Miguel Puga, Maria de Fátima Marinho, dentre outros. Ver MARINHO, Maria de Fátima. *O romance histórico em Portugal*. Porto: Campos das Letras, 1999. No Brasil, estudos importantes foram desenvolvidos por Paulo Motta Oliveira, Marilene Wheinhardt, Antônio Roberto Esteves, Letícia Malard.

É o que observamos claramente na obra de Clement, pois ela está alicerçada em dez capítulos em que traz para o plano literário uma figura que realmente viveu, e se tornou conhecida por suas famosas rotas de fuga. Beatriz de Luna foi uma mulher forte que teve seu destaque e, portanto, ganhou destaque tanto na História como na Literatura. É nesse contexto que Clément (2001) organiza seu romance histórico. *A Senhora* é uma narrativa cujo enredo é organizado de forma linear, pois segue uma sequência cronológica dos fatos, apresentando um narrador-personagem, o Duque de Naxos ou Josef Nasi, que conta a sina da Senhora sob sua ótica. Gancho (2006). Ainda sobre a importância dessa categoria da narrativa a autora em sua obra *Como analisar narrativas* (2006), destaca que “Não existe narrativa sem narrador, pois ele é o elemento estruturador da história” (GANCHO, 2006, p. 26).

Importância que também é declarada por outros estudiosos, como Carlos Reis e Ana Cristina de M. Lopes. No *Dicionário de Narratologia* (2007), ao definir tal categoria, reconhecem a sua especificidade ontológica, porém considera importante não esquecer que o narrador é invenção do autor, dessa forma, este pode projetar sobre aquele, “atitudes ideológicas, éticas, culturais, etc. [...]” (REIS; LOPES, 2007, p. 257)

Na obra em estudo, a voz narrativa que nos conta toda a diáspora vivida por Beatriz de Luna, é a do Duque de Naxos, seu sobrinho. Dessa forma, o narrador narra os acontecimentos vividos pela personagem protagonista que ficou conhecida pelo seu povo como a Senhora. É assim que somos apresentados à história dessa mulher de importância ímpar na trajetória dos judeus.

Na trama, *A Senhora* foi uma judia que ficou à frente do império de uma das mais influentes famílias da Europa do século XVI: os Mendes. O destino lhe trouxe grandes mudanças, não só para ela, mas para aqueles estavam a sua volta. Gracia passou a governar a fortuna herdada em consequência da morte de seu esposo, mostrando-se à frente de seu tempo, pois mesmo fazendo parte de posições que eram marginalizadas dado que era judia e mulher, categorias essas que contribuía para que a protagonista viesse a sofrer muito mais preconceitos da sociedade da época. No entanto, mesmo em meio a esse contexto social, a personagem, não se submete aos moldes impostos pela sociedade às mulheres. Conseguiu fazer grandes negociações com influentes autoridades da época, mostrando-se, assim, ser uma pessoa forte e autônoma.

Como já foi dito anteriormente por meio da biografia, reafirma-se no romance esses dados, um dos quais, tocante ao casamento de Beatriz, por volta de 1528, em Lisboa, com um dos principais mercadores da época Francisco Mendes, também de origem marrana, com origem na família Benveniste Mendes, famosa por serem grandes empresários do ramo das

especiarias e pedras preciosas com as quais já trabalhavam desde muito tempo, com o apoio da Coroa portuguesa.

Depois de alguns anos de casamento, em 1531, nascera a sua única filha, Brianda de Luna Mendes, dita Reyna ou Ana. Entre 1534-1538, muito provavelmente em 1536, Francisco Mendes vem a falecer deixando Beatriz viúva, mas não a deixa desamparada. No testamento Francisco deixou metade dos bens ao seu irmão Diogo Mendes, o qual o ajudou em tudo que fosse preciso, Diogo tinha se tornado um grande príncipe de especiarias da Europa (CLÉMENT, 2001) por isso Beatriz sabia da importância da influência de seu cunhado, pois ele conhecia todo o comércio da Europa e não hesitava em explicar para Josef todas as regras do comércio que a família Mendes tinha por várias cidades:

Diogo ensinou-me ainda as regras do comercio em Antuérpia. ‘O comércio, Juan’, dizia-me ele, ‘ não é apenas para a nossa família um meio de viver bem, nem sequer o único instrumento graças ao qual podemos os nossos irmãos; o comércio, filho é uma seta apontada ao coração dos reis. Não te esqueças’ (CLÉMENT, 2001, p. 65)

Logo, por meio do olhar de Josef, a obra nos traz momentos em que confirmamos o respeito do povo judeu por sua religião, quando mesmo sabendo que era avessa as leis católicas, muitos judeus nos mostram a prudência que eles tinham que ter, tanto em Lisboa como em Antuérpia com respeito a manifestações judaicas. Foi nesse momento que a personagem Beatriz instalou uma pequena sinagoga para poderem se reunir e rezar suas orações as sextas feira principalmente o *Shabbath*:

Mas Beatriz decidira que respeitaríamos em segredo todas as nossas festas, a começar pelo Shabbath. Era para proteger esse ritual que ela levava uma vida retirada, e se declarava votada ao luto recente. De modo que o sábado, dia durante o qual ela não saía mais do que o costume, parecia a todos um dia como os outros (CLÉMENT, 2001, p. 64)

Assim, após a morte de Francisco, Beatriz mudou-se para Antuérpia e juntou-se a Diogo. Uma vez lá, ela desenvolveu uma rede de escape que ajudou centenas de judeus conversos fugirem de Espanha e Portugal, onde estavam sendo constantemente ameaçados pelo Santo Ofício, com a acusação de praticar heresias. Estes conversos judeus foram conduzidos secretamente aos navios de especiarias, de propriedade e operado pela Câmara dos Mendes Benveniste, que navegou regularmente entre Lisboa e Antuérpia. Beatriz estabeleceu-se em Antuérpia, e ali viveu cinco anos até que seu cunhado Diogo faleceu em 1542.

Quando os irmãos morreram, deixaram a herança nas mãos de suas mulheres, porém, era Beatriz que teria que conduzir todo o império comercial dos Mendes Benveniste. Dessa forma, essa fortuna foi motivo de perseguições: “Fortuna cobiçada por reis, príncipes e papas que não se coíbem de exercer sobre ela a mais violentas pressões para se apoderarem da riqueza” (MUCZNIK, 2010, p.16).

Com as mortes dos irmãos Mendes, por volta de 1549, o imperador tentou banir dos Países-Baixos os cristãos-novos que tinham chegado antes dos seis anos (WILKE, 2009). Neste mesmo tempo muitas coisas mudaram no comércio entre Lisboa e Antuérpia como a liderança de família denominada como neocristã e que tivesse absolutamente perfeito rigor católica.

Entretanto, na Turquia em 1553 financiou a criação de sinagogas e escolas judaicas em todo o Império usando sua fortuna para ajudar os judeus que foram perseguidos pela Inquisição, fazendo com que muitos deles se refugiassem no Império Otomano. Ainda em 1553, ela se mudou para Istambul, no domínio onde a sua filha Hanna se casou com o sobrinho de seu falecido marido e parceiro de negócios, D. Josef Nasi. Neste mesmo ano foi publicada a Bíblia de Ferrara traduzida para várias línguas, mas a tradução destinada o para o povo judeu foi dedicada a Gracia: “À muito ilustríssima Dama, Dona Gracia Nasi.” (CLÉMENT, 2001, p.148). Isso demonstra claramente o respeito para com o seu legado e o reconhecimento por tudo que Gracia fez por seus irmãos judeus.

Nota-se, portanto, que o narrador além de narrar os acontecimentos vividos pelos personagens do romance, traz também comentários reflexivos de acordo com situações vividas. O romance também nos mostra os caminhos de um tempo que versa sobre valores sociais de uma sociedade que viveu os horrores e perseguições de um tribunal que buscava apenas interesses econômicos e eclesiásticos.

A obra narra a história de uma das mais marcantes personagens da história judaica. Esteve à frente da globalização da economia, Dona Gracia Nasi, ficou conhecida entre reis e comerciantes e entre os judeus como a Senhora, por suas atitudes de generosidade para com os desfavorecidos. Seus feitos foram de tamanha importância que, mesmo após a sua morte ainda era, de certo modo, venerada, como podemos constatar no excerto abaixo:

Não está mais entre nós a Sereníssima Princesa, a Glória de Israel, a flor esplêndida do exílio que alicerçou a sua casa sobre a pureza e a santidade; protegeu os pobres e salvou os aflitos, a fim de os fazer venturosos neste mundo e bem-aventurados no outro... (CLÉMENT, 2001, p. 326)

Sofreu o perigo da perseguição inquisitorial, tal como viu várias vezes os seus bens serem confiscados. O confisco de bens era o sistema mais usado para punir os penitenciados, porque além de prejudicá-los, serviria para outros fins como o fornecimento e manutenção da Inquisição portuguesa (WILKE, 2009).

O romance enfatiza os vários desafios que Gracia teve de enfrentar, vários poderosos tentaram pará-la, pois era uma mulher incomum e não se deixava se abater diante de todas as dificuldades que foram aparecendo em seu caminho, defendeu com pulso forte os direitos dos seus correligionários.

Com relação ao espaço, elemento da narrativa em que se passam as ações de toda obra e tem como objetivos, de acordo com Gancho: “Situar as ações dos personagens e estabelecer com eles uma interação quer influenciando suas atitudes, pensamentos ou emoções, querem sofrendo transformações provocadas pelos personagens” (GANCHO, 2003, p. 23) Notamos que os espaços na obra em estudo são representados como públicos e privados, pois as ações se passam primeiramente em casas que podem ser entendidas como privados e em locais públicos como a trajetória dela por várias cidades da Europa.

A obra traz toda a vida de Gracia Nasi da infância até sua morte, a autora constrói essa narrativa permeada de luta e determinação. Nada se comprova se realmente existiu essa paixão, mas, sem dúvida um espírito de carinho e baseado na confiança uniu tia e sobrinho. Josef Nasi foi seu companheiro durante toda sua vivência. Ao longo de toda a sua vida, a protagonista sofreu a má sorte de viver numa época difícil como foi o início do século XVI uma período que sentiu cair sobre si a ambição desmedida das casas reais europeias.

2.2 *As fogueiras da Inquisição, de Ana Cristina Silva*

As fogueiras da Inquisição, de Ana Cristina Silva (2008) consiste em um romance histórico português, o protagonismo se dá pela personagem fictícia Sara de Leão. Todavia, para enfatizar a ligação com a História, traz como figura referencial Beatriz de Luna como personagem secundária retratada na primeira parte da narrativa. O enredo gira em torno da trajetória de uma família judaica que viveu no período do século XVI em Lisboa, após terem escapado da Espanha quando se iniciaram as perseguições da Inquisição aos judeus nesse país. Sobre isso historiador Carsten L. Wilke nos diz que: “A 31 de Março de 1492, em Granada, os Reis Católicos assinaram o édito de expulsão geral dos judeus espanhóis, que lhes fixava a data de 31 de julho como limite para partirem” (WILKE, 2009, p. 57).

Por meio da voz da própria protagonista somos apresentados a história das três gerações desta família, desse modo, nota-se que é através de uma narradora em primeira pessoa que são narrados os acontecimentos da história. A narrativa tem início com a prisão de Sara pelos inquisidores, a partir desse momento, a personagem passa a recordar os ensinamentos da avó Ester e a história dos seus antepassados, desde quando o seu bisavô fugiu com a família para Portugal depois de serem expulsos da Espanha. A personagem foi educada nos princípios da Lei Mosaica, assim seguiam praticando às escondidas o judaísmo. Após ser presa em um calabouço por seu inquisidor D. João de Bragança, procurou forças nas lembranças da avó para poder suportar todos os sofrimentos da Inquisição:

Cresci sob o encantamento das histórias da minha vó. As suas palavras como que se reabsorvem a si próprias para formarem novas imagens sob a fixidez interior. Através das personagens e da evocação das suas acções, a avó instruía as minhas emoções para os nexos menos visíveis de uma moral. ‘As histórias’, lembro-me de a minha vó dizer, obrigam os homens a refazerem espírito os caminhos percorridos, isolando nos acontecimentos o fortuito do intencional. (SILVA, 2008, p.21)

Na passagem acima, podemos observar como Sara de Leão se sente quando se fala das memórias que são evocadas no misto de sofrimento e delírios que a personagem passa. Diante disso, percebemos que a narrativa não apresenta uma sequência temporal linear, já que o caráter memorialístico permite que o passado e o presente se entrecruzem. Assim, por meio das recordações da protagonista somos levados a conhecer a vida de Esther (avó de Sara), que relata sua vinda para Portugal com seu pai Samuel Abecanar, ainda quando criança. Esther sempre se mostrou muito esperta com tudo a sua volta, principalmente com a ausência do pai.

De acordo com Marocci e Paiva (2013), D. Manuel I não soube lidar com as sucessivas ameaças dos monarcas espanhóis para que fossem expulsos todos os judeus de Portugal, pois ele pretendia casar-se e isso seria um requisito para que fosse consumado o casamento. Diante disso o monarca ordenou a expulsão dos judeus mulçumanos sob pena de ficarem sem bens, determinou o fechamento de várias sinagogas proibindo toda qualquer prática de religião e numa atitude cruel ordenou a tirada dos filhos pequenos de seus pais para que fosse educada na lei cristã.

Ana Cristina Silva nos apresenta uma realidade muitas vezes esquecida, a monstruosidade dos Tribunais Inquisitoriais não se restringiu aos muitos cristãos-novos que foram mortos nas fogueiras, muitos como Sara de Leão que sofreram e foram destruídos por martírios desumanos. Muitos outros que ainda viveram reprimidos pelo medo, aterrorizados

por uma plena maldade, cometida com excesso de perversidade, em nome de Deus, pois passavam a desculpa de motivos religiosos, de que os judeus eram culpados da morte de Jesus, que eles eram avarentos, apostatas, mas o real motivo era o interesse nos bens dessa comunidade que eram sempre muito ativas economicamente.

Em contraste ao sofrimento de Esther com tantos estragos, como a morte de seu pai, esta personagem cresce e se casa com um dos funcionários de um importante amigo de sua família o banqueiro Francisco Mendes. Esther se viu atormentada de ciúmes quando o marido Diogo precisou viajar a trabalho, em virtude disso, precisou pedir a Francisco Mendes para que ela pudesse trabalhar junto a ele, pois se encontrava ensandecida por se sentir só com as viagens do marido:

Para não endoidecer, Esther pediu a Francisco Mendes que lhe permitisse trabalhar. A ocupação do espírito através de tarefas concretas adquirira o sentido quase insuportável de uma necessidade absoluta. Deu a entender ao mercador que teria aprendido as tarefas anteriormente desempenhadas por Diogo através do que ele lhe contara sobre o seu trabalho. Apesar de relutante, Francisco Mendes deixou-se rapidamente convencer. Nunca ele negara coisa alguma àquela menina órfã e tão insólito pedido acabou por diverti-lo. Colocou a verificar os livros de contas no seu próprio escritório, pois a sua condição feminina impedia-a de trabalhar ao pé dos restantes caixeiros. (SILVA, 2008, p. 64-65)

Desta maneira, Esther e Francisco passaram a dirigir o império da família Mendes de dentro da sua casa, tornando-se seu braço direito e sua protegida. Assim, mudaram muitas coisas depois daquela aliança com Esther, Francisco percebia a eficiência e o olhar diferente que Esther tinha para os negócios e sua ajuda foi de total importância.

Entre as lembranças de Sara de Leão, nas quais sua avó é peça fundamental, encontramos a figura de Beatriz de Luna, conhecida como a Senhora, segundo nos informa o romance, Esther tinha proximidade com ela devido ao fato de que seu marido Diogo era funcionário de Francisco Mendes, esposo de Beatriz.

Respectivamente, nos capítulos denominados “Francisco Mendes e Beatriz de Luna”, “A morte de Francisco Mendes” e “Os canais de Beatriz” são-nos apresentados as correlações entre Esther com Beatriz de Luna. Entre suas recordações Sara conta que sua avó era protegida de Francisco Mendes, ela que participou e viu de perto o processo de negociação do enlace matrimonial que uniu as famílias Nasi e Mendes. O romance indica que a motivação para tal união partiu dos esforços de Esther que se tornou cada vez mais próxima e influente na vida de Beatriz:

Após ter sido firmado o contrato, Ester passou a ser visita frequente da família Nasi, tendo várias conversas com Beatriz, as quais foram sendo transmitidas, uma a uma, a Francisco Mendes. Logo no seu primeiro contacto, Ester pressentiu naquela rapariga algo de especial. Não era só a beleza que impressionava, mas também sua determinação. (SILVA, 2008, p. 75)

Ana Cristina Silva, ao falar sobre Beatriz de Luna, apresenta-a como uma mulher questionadora que buscava estar informada sobre “os tortuosos meandros da política e sobre a personalidade de poderosos que reinavam sobre a Europa.” (SILVA, 2008, p. 78). Em contrapartida, também vemos um lado negativo nela, pois em certo momento, Beatriz se deixa iludir pelo discurso messiânico de David Reubeni, outro personagem histórico, este que se autoproclamava o Messias dos judeus. Beatriz se deixou seduzir por sua oratória, porque imaginava que com suas visitas, ela estaria se aprofundando na fé judaica. Mas logo na narrativa se constata que ele era um falsário, o que decepcionou demasiadamente Beatriz. Mas é interessante ver que seu interesse pelo judaísmo era insaciável:

Era com Ester que Beatriz passava mais tempo, procurando aprender a língua hebraica e conhecer os sentidos mais obscuros da Lei Velha. Apesar de oriunda de uma família de conversos, os seus conhecimentos sobre a fé judaica eram vagos e avulsos. [...] A sua curiosidade era, contudo, insaciável e solicitava o contacto directo e variado das realidades, fossem religiosas, políticas ou meramente mundanas. (SILVA, 2008, p. 78)

A trama ainda continua a mostrar simultaneamente os progressos da corte a respeito da instalação do Santo Ofício no país e o desespero da família Mendes perante esses acontecimentos, diante da ameaça certa, tanto Francisco como Beatriz ambicionavam criar canais de fuga: “À luz da claridade incerta de uma vela, passava os serões debruçado com Beatriz sobre um mapa da Europa, planejando o percurso de famílias em fuga.” (SILVA, 2008, p. 90)

Dedicando-se a esta empreitada Beatriz mudou repentinamente, pois sua meta era proteger o patrimônio do esposo e levar adiante seus planos a respeito das rotas de salvamento. No momento em que Francisco morre, mesmo em meio ao luto, ela ergue a cabeça e transmite “as primeiras ordens como a Senhora.” (SILVA, 2008, p. 94). Outros planos seus eram mais audaciosos, e até, diríamos utópicos:

Meditara muito e chegara à conclusão de que a protecção do povo judeu só seria possível através da conquista de um território livre de autoridade de todos os senhores. Assim, porque não adquirir terrenos, todos os terrenos que o dinheiro pudesse comprar, na Palestina? (SILVA, 2008, p. 96)

É possível ver a partir dessas palavras uma Beatriz visionária, consciente de sua missão e de seu poder. Esther e Diogo, avós de Sara de Leão, foram os que colocaram em prática os canais de Beatriz em Portugal, quando esta teve que fugir para Antuérpia. Portanto, foi a partir dessas relações travadas com pessoas da nobreza que garantiu a proteção e sobrevivência da família de Sara de Leão.

Continuando sobre o enredo, a narrativa histórica em questão apresenta personagens femininas que ganham destaque em que Sara de Leão é a protagonista, mas sua história de vida tem uma ligação muito forte com sua avó Esther:

Avó, não me deixeis sozinha. Permaneci junto a mim com a vossa voz. A vossa voz substitui-se aos meus pensamentos e a sua força obriga o desenrolar dos seus prodígios, acontece-me esquecer de quem sou e onde estou. Olho em volta, mas a demanda dos meus olhos processa-se em círculos. O meu maior receio é de quê esse olhar pertença ao inquisidor. Desde há três noites que ele me arrasta para sala do secreto e me faz testemunhar as torturas de outros prisioneiros (SILVA, 2008, p. 123).

Sara era filha do filho de Esther, que veio morar com ela depois do falecimento da sua mãe. Esther cuidava de Sara como se fosse uma boneca lhe ensinando tudo que sabia sobre a vida e principalmente sobre sua religião:

Todas as manhãs Sara escapava aos cuidados da sua ama para ir ter com a avó. Trepava-lhe para o colo, puxava-lhe o cabelo, penteava-a, dava-lhe comida à boca como se estivesse ao seu dispor uma boneca e dimensões extraordinárias.(SILVA, 2008, p.120)

Nota-se que Sara se refugia nas lembranças de sua avó durante várias parte do enredo, em um espaço considerado fechado, caracterizado como uma sela sombria para que pudesse entender o porquê do inquisidor D. João de Bragança lhe torturava tão cruelmente:

D. João de Bragança aproximou-se, debruçando-se sobre mim como se tivesse algo de muito doce a segredar-me: Nota bem, minha filha, o que te poderá acontecer se continuares a vacilar nas tuas respostas quando existem contra ti tantos indícios. Não permitas que recaiam sobre ti mais gravosos sofrimentos. (SILVA, 2008, p. 124).

A maior parte do enredo Sara sofria violência tanto física como psicológica. João de Bragança um personagem com ares de fanatismo era o principal responsável por seu sofrimento, ele não media esforços para desmascarar Sara:

Bruxa, endemoninhada judia, com artes de rameira. Filha de Belzebu, que me fazes esquecer os mandamentos do senhor, fonte de iluminação de todo o poder com que fui investido. Olho para aquela meretriz chamada Sara e perco-me da serenidade que os santos sempre me inspiraram. (SILVA, 2008, p. 128)

Era obsessivo sua perseguição à Sara, tanto que tentou abusar dela e fingiu uma condenação forjada. O fim dela, infelizmente, coincide com os de milhares de cristãos-novos, penitenciados, ao pronunciar palavras em hebraico na frente do inquisidor, este considerou isso como uma prova de sua apostasia e assim sentenciada a ser morta na fogueira. Tudo isso por uma denúncia movida pelo ódio e ciúmes da prima de João de Leão, que por frustração por não ter casado com D. João de Leão, tornou a vida conjugal de Sara um inferno, trazendo a discórdia e a desconfiança para o casal.

Notamos, então, que o espaço e o ambiente vivido por ela é um local de descoberta das lutas do seu interior. No misto de desespero a personagem pede a avó para que não a deixe só, pois tinha medo de presenciar cerimônias de auto-de-fé e torturas em outras celas. Sobre as torturas Sara testemunhou a de Isabel Álvares:

Isabel Álvares foi rapidamente despojada das suas vestes, ficando com uma camisa grande e umas ceroulas compridas [...] Submetida a um trato corrido e logo depois a um trato esperto, com as articulações desfeitas, todo o seu ser se foi rebaixando ao efeito interminável das dores. ‘Senhor, fiz tudo o que foi dito pelas testemunhas. Sou culpada’, confessou por fim. Esgotada, a mulher caíra no chão, tomada por uma espécie de agitado torpor. Amarfanhada a um canto, toda ela termia [...] De seguida, sem mais delongas, mandou o carrasco aplicar-lhe o suplício da água ‘Fiz tudo o que dizem que fiz’ repetiu duas vezes, numa voz sumida [...] e tapando-lhe o rosto com um pano, despejaram-lhe por um funil vários púcaros de água na boca. Eu acompanhava a respiração daquela mulher como que ensurdecida pelo ruído de uma cascata, sentindo-me também sufocar nas águas profundas (SILVA, 2008, p.125,126).

Ainda observamos que, a proximidade que a protagonista tem com sua avó não retira dela sua configuração como personagem principal da narrativa, pois notamos que na obra em questão Sara sobressai dos outros personagens secundários como: David Reubeni, Damião de Góis, Duarte da Paz, ela é uma personagem que não depende de outros personagens para lhe elevar a categoria de personagem principal.

Portanto, por ser um romance histórico vemos uma mistura de História e ficção em que o imaginário se mistura com a realidade. Dessa forma a ficção pode reedificar os fundamentos ditos históricos, toda via, a ficção pode transformar os acontecimentos que sabemos que são verdades históricas, como exemplificadas nesta citação:

Ester Abecanar não sabia ainda que seria baptizada com o nome de Ester Baltasar quando, em 1496, el-rei D. Manuel publicou o édito de expulsão dos judeus. Nessa altura, aos quatro anos, Ester passeava pelas ruas de mão dada com a sua ama, aparentando siso grave e sobranceiro de uma pequena dama. Vivia na judiaria de Lisboa com o seu pai, o físico Manoel Abecanar que depois da sua fuga de Espanha, aí exercia o seu officio. (SILVA, 2008, p. 22)

No que concerne ao romance, Sara parece que sempre teve a certeza do seu destino como uma cristã-nova e é por meio desse sistema ideológico que era a Inquisição que a protagonista buscava entender suas memórias para compreender esse processo inquisitorial em que os poderes eclesiásticos tinham mais força do que poderes políticos.

Em suma, é difícil entender o porquê do fanatismo e obsessão que o inquisidor D. João de Bragança denota-se sobre os poderes papais e a obediência para a coroa portuguesa, o que faz uma pessoa ser tão cruel com pessoas que não o fizeram mal algum? No entanto, a imaginação que se tem é que esse ódio mortal não passa de ideologias por buscas por poder alicerçado em seus próprios interesses.

Por conseguinte, esta obra é uma fala daqueles que não puderam expressar seus costumes e perseguições que os judeus enfrentavam tanto pela temida Inquisição como pelos preconceitos disseminados por pessoas ignorantes que não buscavam outros objetivos que não fosse o poder econômico. A autora neste romance faz uma crítica a um dos tempos mais obscuro do passado histórico português.

CAPÍTULO III
DOIS PERFIS DE UMA MESMA HISTÓRIA

O espírito ou a alma daquela a quem um dia os judeus da Europa chamariam a Senhora ainda não era mais do que um perfume, mas já se fazia sentir intensamente no ar. Por felicidade, os sonhos mais belos da rapariga incluíam a grandeza e o poder, assim como a generosidade para com o próximo.

Ana Cristina Silva

3.1 Gracia Nasi e Beatriz de Luna

Diante do exposto ao longo deste trabalho, notamos que os romances em estudo ressignificam a personagem Beatriz de Luna ou Gracia Nasi, para a ficção como uma mulher ativa e determinada. Neste sentido, pretendemos mostrar neste capítulo de análise as aproximações e distanciamentos das personagens existente em cada obra. As quais estão inseridas no contexto ficcional da Inquisição, constituindo uma vinculação entre literatura e história.

No entanto, antes de fazer a comparação entre as personagens em estudo, é significativo fazermos uma exposição acerca da personagem, observando que a obra é um estudo de duas figuras da ficção. Com relação à personagem no romance, há várias particularidades que compete a esta categoria. No romance é o lugar que a personagem irá ser bem mais esmiuçada detalhadamente, diferente de outros tipos de gêneros literários. Configura uma “possibilidade de adesão afetiva e intelectual do leitor, pelos mecanismos de identificações, projeção, transferência etc.” (CÂNDIDO, 1968, p. 54).

Assim, o que a personagem nos passa através das leituras é conhecida por meio do aspecto verossímil. Forster (1927 apud CANDIDO, 1968) nos fala que a obra romanceada de certa forma é uma realidade vivida por seus próprios regimentos. De acordo com Cândido (1968), que trabalha com a mesma temática, declara que as personagens executam seus próprios princípios e que o processo da verossimilhança ocorre quando a narrativa nos traz uma ordenação nos fatos e a vivência da realidade. Por serem uns conjuntos de ações a personagem está sujeita a varias transformações que o autor pode colocá-las. Mas, para que a personagem traga informações de verossimilhança, é preciso que ela esteja ligada a vários pontos do romance como: espaço, tempo, e principalmente com as concepções do autor e para isso os fundamentos da criação da personagem precisam estar unidos por todo enredo.

O romance *A Senhora* (2001) e *As fogueiras da Inquisição* (2008) nos trazem peculiaridades convergentes entre si. Os romances apresentam semelhanças, principalmente, no seu contexto histórico, pois eles fazem uma crítica social há um dos tempos mais tenebrosos dmo passado que é a Inquisição. As duas personagens apresentam aproximações pelo fato de ser a mesma personagem histórica de ambas as obras. No entanto, a narrativa de Catherine Clément nos apresenta outro lado da história de Beatriz, relatando sua história de maneira mais detalhista e linear. Por outro lado, Ana Cristina Silva, situa a história de Beatriz para um segundo plano, mas faz jus ao teor da importância que essa mulher teve na história

dos judeus portugueses. As narrativas em análise apresentam temáticas sobre sociedades atrasadas, com valores conservadores e opressivos.

O comportamento das personagens, tanto de Beatriz de Luna quanto de Gracia Nasi foram semelhantes nos dois romances, pois Beatriz em *As fogueiras da Inquisição* e Gracia em *A Senhora*, não nos deixam passar em momento algum que se opunha ao seu casamento com Francisco Mendes, pois sabia que era uma aliança entre as famílias Nasi e Mendes.

A atuação das personagens nos infere que elas sofreram influências tanto da religião como do sistema patriarcal, mesmo não demonstrando que aquele casamento seria uma aliança firmada por seu pai, desse modo observamos a conjuntura social em se encontrava a mulher naquele século. Pois a cultura patriarcal e religiosa condicionava a mulher judia que estava em segundo plano em sua religião, desta maneira reconhecemos as composições sociais e consequentemente culturais em que as personagens foram construídas.

Os romances em estudo são fundamentados na historiografia e por esse motivo fazem ligações um com o outro. Desse modo, nos romances, podemos atentar para a existência de intertextualidade que conduz seus seres fictícios para uma releitura de diferentes possibilidades dentro do enredo.

Quando falamos nos romances, é notável que em *As fogueiras da Inquisição* traz uma carga maior de percepções no que diz respeito a pensamentos e sentimentos. O narrador conhece os desejos mais íntimos das personagens e essa atitude nos condiciona para um maior entendimento das ações das personagens. De acordo com a passagem a seguir: “Beatriz parecia ter o dom de entrar, sem o saber, na alma daqueles que a rodeavam e, mal grado a idade, a fealdade, o ressentimento ou o ciúme, conseguia que cada um, esquecendo as suas íntimas tristezas, fosse desvendando as suas melhores qualidades” (SILVA, 2008, p. 79).

O romance escrito por Ana Cristina cita a protagonista de *A Senhora*, dessa maneira percebemos que as narrativas dialogam em seus contextos históricos, por rememorarem a mesma figura histórica. As autoras de ambas as obras apresentam as figuras femininas de formas diferentes. Primeiro em *As fogueiras da Inquisição* nos traz em um segundo momento a personagem Beatriz de Luna configurando-a como uma mulher de porte atrativo e de beleza incontestável:

Mal ela surgia à entrada da igreja, todos os homens se desviavam para lhe dar passagem. O seu nome era sussurrado de boca em boca, a sua beleza e a magnificência da sua figura interrompiam por instantes o movimento dos rosários, mesmo entre os verdadeiros devotos. (SILVA, 2008, p. 73)

Já em *A Senhora*, Catherine Clément nos apresenta uma Beatriz na adolescência, dedicada em cuidar do seu sobrinho Josef, a narrativa mostra com mais precisão toda a evolução da personagem, de Beatriz a Gracia Nasi seu verdadeiro nome judeu. Em sua biografia Ester Mucznik ressalta que não sabemos como foi sua infância, mas que podemos imaginar uma criança inteligente esperta, educada por seus pais em um universo onde foi marcado por expulsões e conversões forçadas:

Vemos uma menina que muito cedo sabe que não se chama Beatriz, mas sim Grácia, ou antes, que se chama as duas coisas; que muito cedo aprende a distinguir; uma menina em cuja casa aprende a ser fiel à religião antiga à qual se entregará apaixonadamente durante toda a vida. Uma casa onde certamente também aprendeu o significado da palavra solidariedade para com seus irmãos de infortúnio. (MUCZNIK, 2010, p. 41-42)

As duas personagens não apresentam apenas convergências, mas também divergências em muitos pontos. Como podemos ver em Ana Cristina Silva, ela não relata os encontros e desencontros de Beatriz com seu sobrinho Josef, muitos menos entram em detalhes sobre como essa amizade perdurou por muito tempo. Diferentemente, em *A Senhora*, a autora mostra com riquezas de detalhes todos os passos de Beatriz e a proximidade com seu sobrinho. Já Esther Mucznik em sua biografia, nos fala que Catherine Clément em *A Senhora* constrói uma relação fictícia de amor com seu sobrinho, mas não há fatos que comprovem tal romance, mas exalta que foi nele que Gracia se sustentou durante toda sua trajetória de sua vida, seja nas fugas seja nas iniciativas corajosas como em Ancona e em Tiberíades, foi sempre seu sobrinho que esteve do seu lado. (MUCZNIK, 2010, p. 173)

Contudo, no romance de Catherine Clément nota-se uma atividade mais voltada à relações econômicas. Ela usava seu dinheiro que servia tanto para influenciar nas negociações entre reis e papas como para ajudar nas suas rotas de fugas. A obra *A Senhora* nos traz o que *As Fogueiras da Inquisição* não foi aprofundado, Beatriz que agora já é Gracia, por volta de 1553 se encontrava em Ferrara adotando seu verdadeiro nome. Ferrara foi onde Gracia passou bastante tempo, utilizando mais uma vez de seu patrimônio para ajudar seus irmãos na fé. Um fato, sobre sua estada nesta cidade, foi que patrocinou a tradução e publicação de uma Bíblia:

A Bíblia de Beatriz foi dedicada ao duque de Ferrara; continha também outra menção menos apreciável; 'Vista e examinada pelo Ofício da Inquisição. Mas a Bíblia destinada aos nossos, aonde figuravam os dois nomes Judeus, continha uma dedicatória particular: 'À Mui Magnífica Dama Dona Gracia Nasi'. (CLÉMENT, 2001, p.148)

O que concerne sobre as personagens, e talvez seja um dos pontos mais marcantes seria, sem dúvida, a inabalável fé que elas tinham por sua religião e seu amor e compadecimento por seus irmãos judeus que passaram durante muito tempo sofrendo perseguições: “Mas os traços mais marcantes de Grácia Nasi são a sua inquebrável fé judaica e a compaixão que o manifestou durante toda a sua vida pelos seus correligionários sujeitos às perseguições.” (MUCZNIK, 2010, p. 171). Apesar de viver em um período em que era obrigada a cumprir as obrigações que a Igreja exigia para serem bem vistos na sociedade de maioria cristã, ela se destacava pela persistência na Lei Mosaica.

Outro distanciamento que existe na Beatriz de Ana Cristina Silva é que em nenhum momento se revela a verdadeira identidade judaica. Já, em *A Senhora* nos é apresentando uma Beatriz de dupla identidade dependendo do local em que estivesse:

Em casa chamávamos-lhe Beatriz. Minha mãe, para ter certeza de que eu não usaria o nome secreto de Hannah, não o revelara para mim. Mas os ouvidos de crianças andam atrás das conversas dos adultos e eu não tardaria surpreender o outro nome clandestino, Gracia, tão doce, e que às vezes murmuravam entre eles. (CLÉMENT, 2001, p.22)

Conforme Esther Mucznik relata que essas distinções de nomes são resultados de conversões forçadas, Beatriz só passou a usar seu verdadeiro nome quando chegou ao Império Otomano, lugar em que se pode praticar livremente o judaísmo. Em consonância a esta afirmação o historiador Wilke relata sobre esse fato que “a integração forçada dos cristãos-novos começou pela mudança de nomes, verdadeira ‘violação onomástica’ que supria a marca simbólica essencial da sua antiga identidade” (WILKE, 2009, p. 74)

Na obra *As fogueiras da Inquisição* (2008) a autora sempre destaca a condição feminina em que se encontrava a personagem Beatriz de Luna, “Beatriz descobrira que podia ir além de uma existência constrangida pela sua condição feminina” (SILVA, 2008, p. 90). Mucznik em sua biografia elucida que:

Como mulher, ocupava na sociedade da época um lugar naturalmente subalterno e dependente do elemento masculino. Mesma viúva tinha limitações legais que só a sua imensa fortuna permitiu ultrapassar. Por outro lado, na Europa cristã do século XVI, obcecada com a purificação das almas e o combate às heresias, onde ninguém era ‘salvo’ fora da Igreja, a sua condição de cristã-nova tornava-a à partida mais vulnerável a rapacidade de reis, nobres e inquisidores. (MUCZNIK, 2010, p. 170)

As autoras dos romances em estudo nos mostram uma mulher forte e de uma liderança que lhe chamava atenção. Podemos afirmar isso quando ela pede aos seus compatriotas para ficar em Habsburgo, pois podiam perder seus bens por meio do confisco inquisitorial. Por isso, “os seus projetos pareciam resumir-se a dois pontos: subornar altos dignitários da corte e criar rotas clandestinas para a saída de cristãos-novos do país.” (SILVA, 2008, p. 87). De fato seus planos se concretizaram, vejamos uma passagem do romance de Clément que comprova isso:

Foi então que vimos chegar a Flandres uma multidão de irmãos nossos, portugueses; a Inquisição havia acelerado o ritmo. Estes novos marranos não nos eram desconhecidos; a rede de canais organizada por Beatriz e Diogo fora preparada havia muito tempo para ajudá-los a fugir. As estradas mais seguras, os albergues cúmplices, eram conhecidos com antecedência. Eles eram pobres; uma importante soma de dinheiro esperava-os em Lisboa, pois eles não teriam podido pagar passagem. (CLÉMENT, 2001, p. 74)

Gracia Nasi tudo fez para livrar e proteger seus irmãos da morte: “Beatriz exigia de si a prolongada resistência de uma mãe na proteção das famílias que ajudava a fugir.” (SILVA, 2008, p. 91). Diante disso, as personagens que nos são apresentadas, embora ciente de sua limitada condição feminina, utilizam-se de sua inteligência e poder financeiro, isso foi a que a diferenciou dos outros judeus, seu poder aquisitivo, ela não sofreu mais por isso, no entanto, também foi estrategista, pois sabia que iria ser alvo tanto da Igreja gananciosa quanto dos poderosos de seu tempo e soube resguardar seu negócio e sua fortuna, utilizando influências para ajudar aqueles que não tinham a mesma sorte que ela.

Gracia Nasi foi uma mulher de poder, pois vivendo em um mundo cheio de restrições, fortemente marcado historicamente pelo poder inquisitorial, pôde lutar para salvar seus irmãos judeus da temida Inquisição. Beatriz quando finalmente conseguiu sua verdadeira identidade como Gracia Nasi, torna-se admirada de todo um povo, que vinham naquela mulher um símbolo de amor e esperança daqueles que tanto sofreram com as intensas e violentas perseguições. Portanto, os diversos tipos de opressão vividos pelas personagens dos romances em estudo estariam fundamentados em uma divisão de classes, quem tem mais poder aquisitivo sobrepõe sobre aquele que não tem, sobretudo, uma alienação em achar que uma religião é melhor do que outra.

Diante dos fatos apresentados, temos em *A Senhora* (2001) e em *As fogueiras da Inquisição* (2008) a representatividade do romance histórico, nos quais as autoras situam as duas obras em momentos diferentes, mas que expõem o mesmo contexto sociocultural da

época, o qual se delineou por trazer características da perseguição ao povo judaico, trazendo como destaque a figura icônica de Beatriz de Luna, como focalizações diferentes, mas com espaço relevante nas narrativas em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

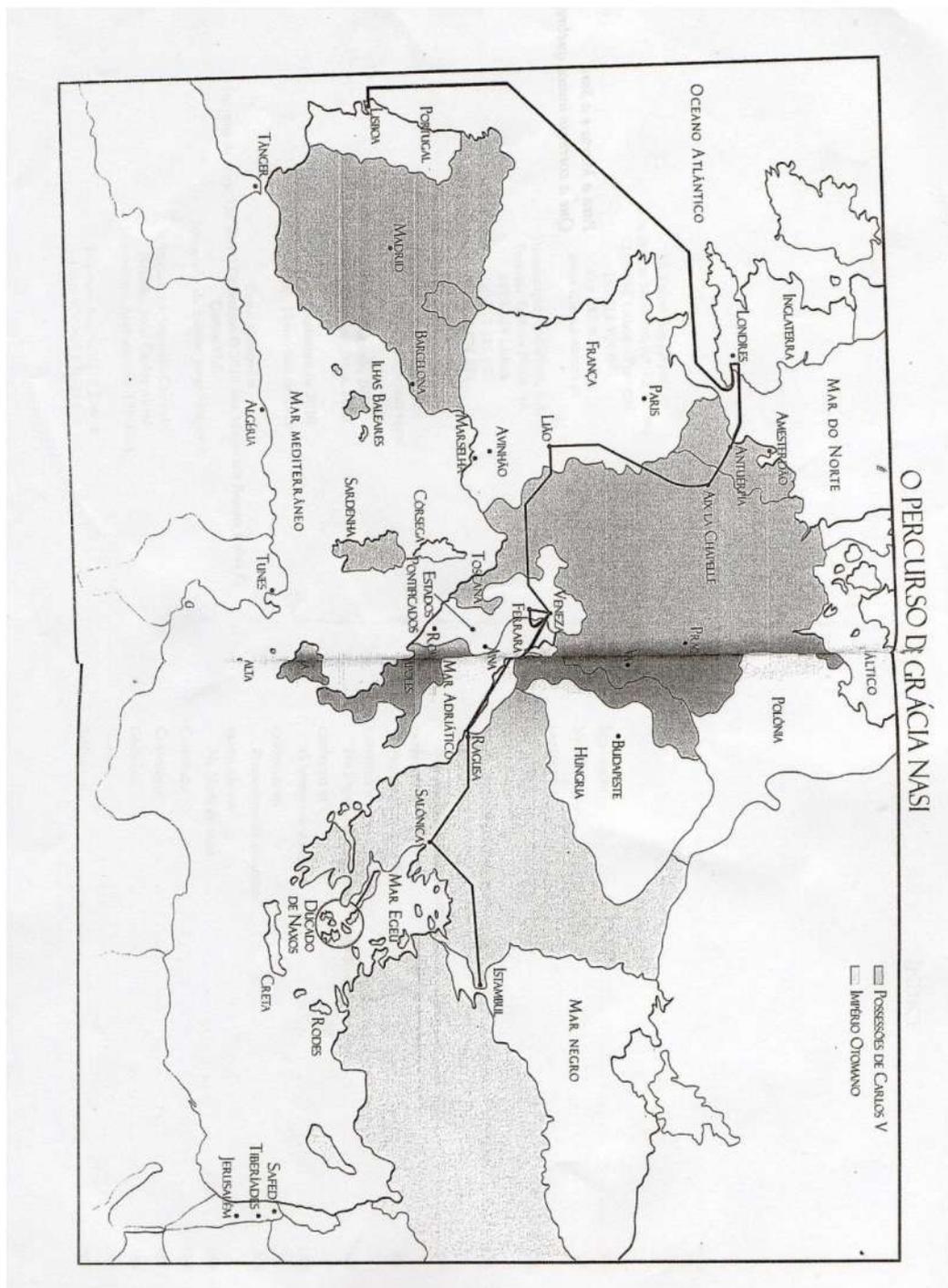
Relembrar a história dos judeus ainda é tarefa muito difícil, por razão de ressaltar todo período de martírio vivenciado e nos faz recordar como esses aturaram as formas mais banais de censura. Foi por meio dessa pesquisa que decidimos revisitar um período tenebroso, fundamentando-a em diferentes historiadores com que dedicaram a esse conteúdo longos anos de estudo, assim, usufruindo das duas obras literárias, pautamos a análise e o conhecimento dos diferentes mecanismos de repressão, além de acompanharmos a eclosão de uma instituição que perdurou durante séculos, deixando o sentimento de consternação em diferentes meios sociais.

Através da leitura dos dois romances pudemos perceber e estudar, por meio da crítica literária, mas também por meio de textos sobre a História dos judeus e da perseguição que vivenciaram pela Inquisição, as diferentes situações enfrentadas por essa minoria especialmente no século XVI. Assim, analisamos o perfil de Gracia Nasi em ambas as obras e notamos a imagem de uma mulher forte, ativa, determinada, que soube enfrentar poderes bastante consolidados na época, como a Realeza e a Igreja.

Ana Cristina Silva (2008) e Catherine Clément (2001) nos apresentam toda uma história sobre política e intolerância religiosa da época. Os dois romances enfatizam a importância da Senhora na história dos judeus portugueses. Ambas as personagens são retratadas como uma mulher atenta e generosa, que dedicou sua vida para o salvamento de vários correligionários, cristãos-novos. Mas, as narrativas também buscam mostrar os preconceitos vividos por ela enquanto mulher e judia.

Neste sentido, Gracia foi uma das mulheres mais importante da história do judaísmo que ganhou destaque por sua luta e seu amor para com sua religião e seu povo. Sendo assim, interessou-nos, nesta pesquisa, compreender e esclarecer que, em cada romance, o contexto social escolhido pelas romancistas nos lembra à memória dos judeus perseguidos e nos faz rememorar um dos caminhos que não mais poderão ser seguidos nem tolerados em nenhuma sociedade. Gracia Nasi, portanto, representa todo um grupo estigmatizado que lutou contra o sistema imposto, por isso, teve seu merecido reconhecimento na História e na Literatura. Ela foi, sem dúvida, uma das mulheres mais importante da história renascentista e podemos dizer que foi um exemplo de perseverança e determinação, pois fez uso de seu poder aquisitivo para socorrer os seus, a população judaica. Viveu em um ambiente de extrema intolerância e teve que fazer também sua diáspora, assim como seu povo desde os tempos mais remotos.

ANEXOS



REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Andreia Rafael de. *Aspectos de elaboração da personagem romanesca: a protagonista em Memórias de Branca Dias*. Guarabira: UEPB, 2016. 67p. (Monografia) - Universidade Estadual da Paraíba, 2016. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/12923/1/PDF%20%20Andr%C3%A9ia%20Rafael%20de%20Ara%C3%BAjo.pdf>> acesso: 24 de Setembro de 2018.
- CÂNDIDO, Antônio .et. *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 1968.
- CLÉMENT, Catherine, 1939, *A Senhora: Gracia Nasi e a saga dos judeus no século XVI*. Tradução de Maria do Rosário Mendes. São Paulo: Ed. 34, 2001.
- GANCHO, Cândida Vilares. *Como analisar narrativas*. São Paulo: Ática, 2006. (Série Princípio, 207)
- HERCULANO, Alexandre. *História da origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*. 9. ED., Dirigida por David Lopes. (1867-1942) Biblioteca Nacional de Portugal, 2009. Disponível em:<<http://www.ebooksbrasil.org/Libris/inquisição.html>>. acesso em Setembro/2018
- LUKÁCS, György. *O Romance Histórico*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro. *História da inquisição portuguesa: 1536-1821*. Lisboa: Esfera dos livros, 2013.
- MUCZNIK, Esther. *Grácia Nasi: A judia portuguesa do século XVI que desafiou o seu próprio destino*. Portugal: Esfera dos livros, 2010.
- SILVA, Ana Cristina, *As Fogueiras da Inquisição*, edição 1, Lisboa, Maio, 2008.
- WILKE, Carsten L. *História dos judeus portugueses*. Lisboa: Edições 70, 2009.
- ZOLIN, Lúcia Osana. *A crítica feminista*. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (org). *Teoria Literária* abordagens históricas e tendências contemporâneas. Maringá. Eduem, 2010.